

1723: A MALOGRADA FUNDAÇÃO PORTUGUESA DE MONTEVIDÉU

Paulo César Possamai¹

RESUMO: Esta comunicação visa apresentar uma análise dos fatos que levaram à tentativa malograda de fundar uma povoação portuguesa em Montevidéu e as conseqüências que esse malogro representou para a política expansionista lusa no Rio da Prata. Boa parte deste texto fez parte da minha tese de doutorado que agora vem acrescido com informação de fontes recentemente pesquisadas.

PALAVRAS-CHAVE: diplomacia, colonização, guerra.

ABSTRACT: This communication aims at presenting an analysis of the facts that led to an unsuccessful attempt to establish a Portuguese village in Montevideo and the consequences that this frustration represented to the Portuguese expansionist politics in the River Plate. Most of this text was part of my Doctorate thesis and it is now added with information from recently studied sources.

KEY WORDS: diplomacy, colonization, war.

A chamada Banda Oriental do rio Uruguai não contou com povoações européias até a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680. A partir de então se iniciou uma disputa acirrada entre as duas coroas ibéricas para conquistar a região. Contudo, as repetidas ordens régias aos governadores de Buenos Aires para que dessem início à fortificação de Maldonado ou Montevidéu, antes que os portugueses o fizessem, nunca foram cumpridas. Provavelmente, os governadores cederam às pressões dos portenhos, aos quais não interessava povoar a Banda Oriental, já que ela lhes servia como uma gigantesca reserva de gado, onde podiam extrair couros e buscar reses para repovoar as suas estâncias. A criação de novas povoações na região, mesmo que espanholas, pressupunha a chegada de novos concorrentes na exploração do gado selvagem (POSSAMAI, 2006: 123-124).

Nesse sentido, para defender os interesses da população e do fisco portenho, os governadores resistiam às ordens de estabelecer povoados na margem norte do Rio da Prata. Mesmo o progresso da redução de Santo Domingo Soriano, na margem esquerda do rio Uruguai, era mais contido do que estimulado pelas autoridades de Buenos Aires (ZUM FELDE, 1991: 16-17). Em 1725, a Coroa espanhola voltou a ordenar o povoamento de

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

Montevidéu, mas, desta vez salientou a conveniência da povoação para os portenhos dizendo que com ela se “asegura las campañas de la outra banda a donde es preciso se recurrirá por la falta de ganados que se experimenta em esas de Buenos Aires” (*in* CORREA LUNA, 1931: 490). Somente então, quando havia o risco de que a ocupação portuguesa representasse o fim do controle dos portenhos sobre a margem norte do Rio da Prata, as autoridades coloniais colaboraram com a estratégia metropolitana.

O projeto de povoar o sítio de Montevidéu também enfrentava resistências na Colônia do Sacramento. O governador Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705) julgava que o local não contava com um porto conveniente, nem com água e lenha suficientes para sustentar uma povoação. Argumentava então que para ocupar a região em nome de Portugal bastava a construção de um pequeno forte, com reduzida guarnição. Porém, tudo leva a crer que o governador estava preocupado com o prejuízo que uma nova povoação traria aos moradores de Colônia, já que na região que vai de Montevidéu a Castilhos é onde se encontravam as maiores manadas de gado selvagem (ALMEIDA, 1973: 220-222). Mais tarde, em 1713, quando redigiu um plano para a anexação da Banda Oriental, Veiga Cabral sugeriu a criação de diversas fortalezas na região, mas não em Montevidéu.²

Por fim os interesses metropolitanos venceram as resistências da população platina. Com a conclusão de um tratado de aliança entre Portugal e Espanha, em 1701, pelo qual a Coroa espanhola renunciava a qualquer direito que tivesse sobre as terras de que tratou o Tratado Provisional de 1681, o governo português elaborou um projeto para fortificar o sítio de Montevidéu. Porém, o artigo 14 do tratado que dava “el domínio de la dicha Colonia y uso del campo a la corona de Portugal, como al presente lo tiene” possibilitava uma interpretação contrária aos interesses expansionistas dos portugueses e traria conseqüências no futuro (*in* AZAROLA GIL, 1931: 207-208).

O plano de povoação de Montevidéu incluía a construção de uma fortaleza em pedra e cal, feita de acordo com as plantas mandadas de Lisboa. D. Pedro II encarregou o governador militar de Entre-Douro-e-Minho de recrutar quatrocentos e sessenta homens para guarnecer a nova fortaleza, comandada por um governador que não seria subordinado ao de Colônia. Porém, imprecisões nos termos do tratado quanto aos limites do território cedido aos portugueses e, principalmente, à mudança da orientação política de Portugal, que se aliou

2 [□] Segundo o governador, se deveria ocupar e fortificar Rio Grande, Maldonado, reconstruir a Colônia do Sacramento (que seria a capital da nova área colonizada), São João, Ponta Gorda, a ilha de Martin Garcia e a foz do rio Biscainho (CABRAL, 1962: 137-143).

contra Filipe V na Guerra de Sucessão Espanhola, foram os principais fatores que levaram ao malogro do plano de povoar Montevidéu naquele momento (ALMEIDA, 1973: 210-236).

Como conseqüência do conflito europeu, a Colônia do Sacramento foi tomada pelos espanhóis em 1705. Dez anos após, o Tratado de Utrecht, que pôs fim à Guerra de Sucessão Espanhola, ordenou a sua devolução aos portugueses. A chegada da notícia da entrega da “Colônia do Sacramento e seu território”, segundo os termos do tratado, não foi bem recebida em Buenos Aires. O *cabildo* escreveu ao rei que a devolução de Colônia aos lusos resultaria num gravíssimo prejuízo à Coroa espanhola e aos habitantes das províncias de Buenos Aires, Paraguai e Tucumã, assim como também aos índios das missões jesuíticas. Dizia que todos necessitavam da caça do gado selvagem que vivia na Banda Oriental, uma vez que a contínua exploração e a seca haviam extinguido o gado na campanha bonaerense (*in* CORREA LUNA, 1931: 452-453). Para o governador de Buenos Aires, o território de Colônia, não delimitado pelo Tratado de Utrecht, era somente o coberto pela artilharia da praça. Segundo ele, se antes os portugueses tinham o usufruto da campanha, o mesmo não passava de roubo, o que seria evitado com o povoamento da margem norte do Rio da Prata pelos espanhóis (*in* CORREA LUNA, 1931: 453-457).

Na tomada de posse, o governador Manuel Gomes Barbosa expôs o que os portugueses entendiam como sendo o território de Colônia: “tanto para a parte do norte, por onde se continua atualmente o domínio de Portugal, como para a parte do leste, e foz do Rio da Prata” (*in* MONTEIRO, 1937: 58-59). Por isso pediu aos comissários espanhóis a retirada da guarda do rio São João, situada a cinco léguas de Sacramento. Recebeu uma negativa com base no argumento de que o território da Colônia do Sacramento se restringia ao alcance de um tiro de canhão disparado da fortaleza, idéia do governador de Buenos Aires aprovada pela coroa espanhola. Seguindo as ordens de Lisboa, Gomes Barbosa fez registrar seu protesto contra a limitação imposta pelos espanhóis e deu início às obras de reconstrução da fortaleza.

A restituição da Colônia do Sacramento levou a Espanha a desenvolver uma política de fortificação das suas bases no Rio da Prata. De 1702 a 1720, os espanhóis fortificaram a redução de Santo Domingo Soriano. Notícias de que pretendiam fazer o mesmo em Montevidéu levaram o governador da Colônia do Sacramento, Antônio Pedro Vasconcelos (1722-1749), a avisar o governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha, o qual lhe ordenou que impedisse tal disposição por meios pacíficos e ameaças (MONTEIRO, 1937: 182-183).

Ao saber “do intento que tinham os castelhanos de fortificarem Montevidéu, com o que fica cortada e exposta a dita Colônia [do Sacramento]”, D. João V ordenou ao governador do Rio de Janeiro o envio de uma fragata guarda costa a fim de fortificar o sítio Montevidéu

se ele ainda não estivesse ocupado. As instruções eram precisas: se os espanhóis já tivessem ocupado o local, mas não pudessem se defender da expedição, reforçada pela tropa de Sacramento, o rei ordenava que “os faça desalojar e se meta da posse do dito sítio [...] por pertencer sem disputa alguma aos domínios desta coroa”. Porém, se a força espanhola fosse maior que a portuguesa, a fragata “dissimulará o intento com que ia, cruzando alguns dias naquelas costas e fazendo entender aos mesmos castelhanos [que] lhe fora preciso chegar àquele sítio a dar caça aos piratas que o infestavam”.³

Embora disposto a expandir seus domínios no Rio da Prata, D. João V não garantiu ajuda ao governador do Rio de Janeiro como havia previsto seu pai, no primeiro projeto de ocupação de Montevideu. Aires de Saldanha comunicou ao rei que escolheu os melhores soldados da guarnição para embarcar na fragata: cento e cinquenta soldados e alguns oficiais. Escusava-se dizendo não se atrevia a enviar mais gente, embora soubesse da necessidade, por que a guarnição do Rio de Janeiro compunha-se de somente seiscentos homens, “entre os quais há muitos velhos quase estropiados e muitos soldados novos”.⁴ Informava ainda que pediria o reforço da guarda costa da Bahia ao vice-rei e que mandaria alimentos e munição em dois navios que estavam para partir para Sacramento. Também providenciava a compra de uma sumaca para o transporte de lenha e mais materiais. Porém, para fazer frente aos gastos da expedição teve que pegar emprestado quarenta mil cruzados da casa da moeda, pois o provedor da Fazenda Real alegou que não dispunha de recursos.

Para o comando da expedição foi escolhido o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca. Nas instruções que levava, Fonseca foi informado das ordens régias referentes à fundação. Também recebeu a ordem de que toda a embarcação que se dirigisse ou saísse da Colônia do Sacramento deveria entrar no porto de Montevideu.⁵ Provavelmente, com esse acréscimo às ordens de Lisboa, Aires de Saldanha deseja garantir o desenvolvimento da nova povoação.

O governador do Rio de Janeiro escreveu ao governador da Colônia do Sacramento, informando-lhe da expedição para Montevideu, composta de “cento e cinquenta soldados, que com degredados, índios e mais serventes e oficiais de ofício fazem duzentas e cinquenta pessoas”, embarcadas na fragata guarda costa e no navio “Chumbado”. Ordenava-lhe que

3 □ Carta de D. João V a Aires de Saldanha. Lisboa, 29 de junho de 1723, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. Rio de Janeiro, tomo 32, I trim. de 1869, pp. 22-25.

4 Carta de Aires de Saldanha ao rei. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1723, in *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 32, I trim. de 1869, p. 23.

5 “Ordem que há de observar o Sr. Mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca na expedição a que vai da fortificação de Montevideu”, in *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 32, I trim. de 1869, pp. 25-28.

ajudasse a nova povoação com a maior quantidade de gado que pudesse arrebanhar e que buscasse a aliança dos minuanos contra os índios missioneiros, súditos da Espanha.⁶

Quando chegaram à enseada de Montevidéu, em novembro de 1723, os portugueses encontraram uma lancha espanhola que não tardou a levar a Buenos Aires a notícia da presença dos lusos na região. Ao tomar conhecimento da ocupação portuguesa, o governador de Buenos Aires, D. Bruno de Zabala escreveu ao governador da Colônia do Sacramento protestando contra o fato, mas não perdeu tempo em iniciar os preparativos para desalojar os portugueses da nova fundação. Convocou as tropas da província do Rio da Prata e pediu reforços aos governos de Corrientes e Mendoza e aos jesuítas das Missões. Armou ainda dois navios para impedir a comunicação dos homens de Freitas da Fonseca com Colônia e enviou para a guarda de São João cerca de duzentos e cinqüenta cavaleiros. Esse destacamento, sob as ordens do tenente Alonso de la Veja, dirigiu-se para Montevidéu e, no caminho, devastou as cercanias de Sacramento, arrebanhando gado vacum e cavalar, destruindo plantações e incendiando colheitas e ranchos (MONTEIRO, 1937:186).

Manoel de Freitas da Fonseca avisou o governador do Rio de Janeiro das dificuldades que encontrou, informações que foram repassadas ao Secretário de Estado. A notícia de que o governador de Buenos Aires arregimentava reforços em Córdoba e Mendoza não assustava Aires de Saldanha que dizia que “são paisanos acostumados só as suas lavouras, creio firmemente que a maior parte deles desertarão no caminho”. Dizia que o que mais temia eram os índios das missões espanholas, embora completasse dizendo que: “ainda que os índios sejam muito superiores em número à nossa gente, qualquer destacamento de cem homens faz fugir mil e dois mil dos ditos índios”. Apesar dessa demonstração de desprezo, Aires de Saldanha pediu reforços urgentes à metrópole, pois boa parte dos soldados de Montevidéu estava doente e o governador da Colônia do Sacramento só pôde ajudar com quarenta cavaleiros, já que a guarnição estava reduzida a cento e noventa homens, devido ao grande número de desertores. Concluía dizendo que “se não fossem os lavradores [de Colônia], que com seus filhos fazem hoje já bastante número, que de alguma maneira suprem, estivera aquilo em mui mau estado”.⁷ A conclusão era uma defesa da política de povoamento com casais, o que dava a entender que pretendia utilizar a mesma estratégia para povoar Montevidéu.

6 Carta de Aires de Saldanha de Albuquerque a Antônio Pedro de Vasconcelos. Rio de Janeiro, primeiro de novembro de 1723, *in RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 32, I trim. de 1869, pp. 31-33.

7 Carta de Aires de Saldanha a Diogo de Mendonça Corte Real. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1724, *in RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 32, I trim. de 1869, pp. 33-38.

Na relação que Manoel de Freitas da Fonseca escreveu ao rei, disse que ao examinar o local mais apropriado para a nova fundação escolheu a ponta leste, onde achou água. Porém o terreno não era favorável, pois a terra era solta e não achou na campanha madeira suficiente para sustentar os parapeitos de terra. No interior eles foram revestidos com as tábuas que um navio iria transportar a Colônia, mas, mesmo assim, eram tão frágeis que desmoronaram no fosso quando Fonseca mandou saudar a bandeira com uma salva de artilharia. Também faltaram pranchas para fazer as esplanadas onde se poriam os canhões, o que prejudicou a sua eficácia.

Os portugueses não tiveram tempo de cuidar da fortificação, mesmo que tivessem os materiais necessários, pois no dia seguinte ao seu desembarque apareceu uma tropa de trinta índios missionários e, em dois de dezembro, chegaram cerca de duzentos soldados espanhóis, os quais recebiam constantes reforços no cerco aos portugueses. Por sua vez, o governador de Colônia enviara somente quarenta cavaleiros, dos quais pedia de volta dez e avisava que a comunicação por terra era perigosa e que os espanhóis tratavam de cortar a ligação fluvial entre a Colônia do Sacramento e Montevidéu.

A fome atormentou os expedicionários depois que os inimigos tomaram os cavalos e o gado enviados pelo governador de Colônia. Segundo Fonseca, dos mantimentos que havia, “achou-se que só vinte dias podiam durar, dando só meia ração, porque além de irem poucos, tinha apodrecido parte deles”. As informações do mestre de campo mostram como estava mal organizada a expedição, não somente por falta de apoio logístico como também por falta de pessoal, “pois só tinha 150 soldados e poucos artilheiros, uns sem terem visto fogo e outros sem nenhum exercício”.

Ao saber da aproximação de quatro navios e algumas lanchas inimigas, o capitão que comandava os navios portugueses solicitou a Fonseca retirada de vinte soldados e seis artilheiros do reduto para embarcá-los. Mas, ao invés de defender o porto, anunciou o afastamento de seu navio e da embarcação de apoio, que servia de armazém e hospital. Fonseca escreveu que a notícia da retirada dos navios desanimou os seus soldados e por isso solicitou ao capitão o embarque de todo o seu pessoal para a Colônia do Sacramento. Porém o capitão respondeu-lhe que seguiria para o Rio de Janeiro a fim de receber ordens do governador. Com poucas forças e sem apoio naval, Manuel de Freitas da Fonseca decidiu abandonar Montevidéu em 19 de janeiro de 1724, decisão aprovada pelos demais oficiais da expedição. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, Fonseca e seus oficiais foram presos na fortaleza de Santa Cruz por ordem do governador (*in* CORTESÃO, 1950: 123-128).

Ao escrever ao Secretário de Estado, Aires de Saldanha pôs a culpa do fracasso da expedição na “desordenada retirada que o mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca fez de Montevideu”. Dizia que tinha enviado um navio de socorro com soldados, mantimentos e munições, mas que ao chegar a Montevideu encontrou-a já ocupada pelos espanhóis. Segundo informação do governador da Colônia do Sacramento, os espanhóis possuíam uma bateria de quinze peças na praia e quinhentos índios missioneiros trabalhavam na construção de uma cidadela (*in* CORTESÃO, 1950: 129-130).

O Conselho Ultramarino não deixou de avaliar corretamente os prejuízos trazidos pela nova fundação espanhola, “a qual necessariamente há de impedir o uso da campanha aos nossos e sem ela totalmente fica inútil a nova Colônia”. Por isso, aconselhou o rei para que ordenasse a criação urgente de novas povoações entre a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro, sem deixar de reconhecer a conveniência de “ocupar a ilha de Maldonado, porque nesta forma ficará bloqueada Montevideu, e Vossa Majestade senhor da entrada do Rio da Prata”.⁸ Contudo, a fundação de Rio Grande foi adiada até 1737, quando o governo de Lisboa foi forçado a agir em resposta a um novo ataque espanhol contra a Colônia do Sacramento.

O fracasso sairia bastante caro aos portugueses, pois, logo após a sua retirada, D. Bruno de Zabala ordenou a construção de uma fortificação no local. A colonização da região ficou sob a responsabilidade de alguns casais de Buenos Aires, aos quais se juntaram, algum tempo depois, casais vindos das ilhas Canárias. O governador de Buenos Aires também criou uma companhia de “migueletes”, cujos cavaleiros foram encarregados de impedir os movimentos dos portugueses na campanha. Com o forte incentivo de ficar com as presas tomadas ao inimigo, os “migueletes” se tornaram o flagelo dos campos vizinhos a Sacramento. Em 1725, o governador Vasconcelos escrevia ao rei que os castelhanos já haviam levado para Buenos Aires dois mil e cem cavalos, capturados das estâncias portuguesas.⁹

Os habitantes da Colônia do Sacramento se queixavam de que, desde a fundação de São Filipe de Montevideu, estavam privados do comércio de couros com os espanhóis que viviam na campanha. As constantes patrulhas que saíam de Montevideu e da guarda de São João assolavam os campos, queimando couros e sebo e confiscando gado, cavalos e carretas. Os portugueses que caíam nas mãos dos inimigos só voltavam à liberdade após a chegada de

8 IHGB. Arq. 1.1.26, f. 41. Consulta do Conselho Ultramarino de 07 de fevereiro de 1728.

9 IHGB. Arq. 1.1.21, ff. 346-347v. Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de janeiro de 1726.

ordens do governador de Buenos Aires nesse sentido. Ainda assim, os soldados só libertavam os prisioneiros depois de lhes roubarem até as roupas.¹⁰

Porém, a conjuntura internacional era desfavorável a Portugal, que precisava de apoio para reivindicar a devolução de Montevidéu. As principais potências européias estavam então reunidas na conferência de Cambrai (1720-1725), numa tentativa de resolver as discórdias criadas pelo Tratado de Utrecht, que provocaram uma guerra entre a Espanha e a Quádrupla Aliança (Inglaterra, França, Holanda e Áustria) entre janeiro de 1719 e janeiro de 1720. O fato de Portugal ter permanecido neutro no último conflito gerou preocupações de que não seria aceito na conferência. Entretanto, foram escolhidos pra representar Portugal os mesmos diplomatas que estiveram em Utrecht, o conde de Tarouca e D. Luís da Cunha.

O conde de Tarouca, consultado pelo rei a dar seu parecer sobre a expedição de Montevidéu, alertou para a falta de apoio às pretensões portuguesas dizendo que “é sem dúvida que França e Inglaterra não darão algum passo que desagrade Castela”. A respeito do reconhecimento internacional sobre o direito de Portugal reclamar para si a Banda Oriental dizia que foi muito importante que no Tratado de Utrecht se conseguiu evitar a frase “como al presente la tiene” na cláusula sobre a restituição da Colônia do Sacramento “e que se não falasse na Colônia sem dizer juntamente o território”. Dizia que a demarcação do território de Colônia não foi feita no congresso de Utrecht por falta de mapas e de instruções precisas. Se depois os espanhóis alegaram que ele se restringia à distância alcançada por um tiro de canhão, tal afirmação ocorreu em Madri ao embaixador português e não aos representantes de Portugal em Utrecht.

Quanto ao território de Colônia, o diplomata não estava de acordo com a idéia de que as terras em disputa englobassem toda a Banda Oriental. Defendia que os limites válidos eram os do Tratado de Tordesilhas: “Não entendo que estão cedidas as costas que correm até o cabo de Santa Maria e desse cabo até o Brasil com as terras que ali se compreendem de sorte que em tudo que não é Colônia e o território que se lhe arbitrar parece que ainda dura a antiga questão do meridiano que se havia imaginado”.

Como vemos, não havia consenso entre os diplomatas portugueses a respeito do que seria o território da Colônia do Sacramento, embora o conde de Tarouca seja o único diplomata que conhecemos cuja opinião era contrária ao desejo expansionista lusitano de ligar Sacramento à costa brasileira. Provavelmente sua opinião levava em conta as dificuldades em

10 [□] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695.

fazer valer o ponto de vista português diante dos representantes dos países presentes na convenção:

Creio que as pessoas desinteressadas não hão de assentar em que por estar cedida a Colônia se julga cedido tudo o que fica entre ela e os nossos Estados no Brasil, antes dirão que a Colônia não é raia e confim dos nossos domínios que é domínio como se explica em francês engravado em outro e que finalmente ou nós não temos direito claro para ocupar Montevideú, ou, se o temos, nos pertencem igualmente todas as terras que há entre a margem setentrional do Rio da Prata até a nossa capitania de São Vicente, que é a grande questão, a qual depende ainda de geógrafos.¹¹

A resposta do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça da Corte Real, foi de que:

não padece a menor dúvida que a matéria da disputa da Linha [de Tordesilhas] ficou decidida por aquela amigável composição e transação [Tratado de Utrecht], não conforme as regras de geografia, mas conforme a convenção das partes que se podiam ajustar como lhes parecesse e por baliza dos Domínios de uma e outra coroa a dita Colônia e de tudo o que ficava para a boca do Rio da Prata ficava pertencendo a esta coroa, pois nós nunca pretendemos que Castela nos desse nos seus domínios praça alguma, mas só que nos deixassem edificar nos que nos pertenciam e nisto é em que devemos instar (in CORTESÃO, 1950: 253-254).

Alguns nos após, a política da coroa portuguesa mudaria, passando a investir na cartografia. Em 1730, os jesuítas Diogo Soares e Domingo Capassi chegaram ao Rio de Janeiro com a missão de elaborar mapas da América portuguesa. Eles deveriam possibilitar um maior conhecimento sobre o território, com a finalidade de se melhorar a exploração dos recursos e aumentar a eficácia da administração civil e eclesiástica, assim como se prevenir contra as pretensões de outras nações colonizadoras. A fim de cumprir estes objetivos, os mapas a serem feitos não deveriam se limitar a representar o litoral, mas dar especial atenção às terras do sertão. Em outubro do mesmo ano, os jesuítas deslocaram-se para a Colônia do Sacramento com o objetivo de mapear a região platina (ALMEIDA, 2001: 110-112).

A disputa pelo território da Colônia do Sacramento não implicava somente razões econômicas e estratégicas importantes para as coroas ibéricas. Para a Espanha, era de importância vital para a defesa do monopólio comercial com as suas colônias na América do Sul o controle das duas margens do Rio da Prata. Para Portugal, a posse da Banda Oriental significava o acesso à prata através do contrabando, além da participação no lucrativo negócio

11 AHU: Carta dando parecer sobre a expedição do governador do Rio de Janeiro a Montevideú acerca dos direitos de Portugal sobre aquela região. 2 de junho de 1724. AHU_ACL_CU_059, Cx 1, D 2.

do comércio de couros. Mas, se o domínio da Banda Oriental era muito importante para instigar os interesses metropolitanos, a disputa pelos seus recursos era ainda mais intensa pelas pessoas que habitavam a região, um fator de atrito a mais a se acrescentar na tradicional rivalidade luso-espanhola. Enquanto os colonos espanhóis aumentavam a exploração do atual Uruguai, os súditos portugueses iniciavam a exploração do atual Rio Grande do Sul. O avanço das colonizações portuguesa e espanhola tendia a aumentar a intensidade dos choques, antes restritos às proximidades da Colônia do Sacramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES IMPRESSAS

- ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- AZAROLA GIL, Luis Enrique. *La epopeya de Manuel Lobo*. Madrid: Companhia Ibero-Americana de Publicaciones, 1931.
- CABRAL, Sebastião da Veiga. “Descrição geográfica e coleção histórica do continente da Nova Colônia da cidade do Sacramento” [1713]. *Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo XXIV, 1965.
- CORREA LUNA, Carlos (dir.). *Campaña del Brasil - antecedentes coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).
- CORTESÃO, Jaime (org.). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - Antecedentes do Tratado*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, tomos I e II, parte III, 1950.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937, volume 2.
- POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- ZUM FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*. 11ª ed. Montevideo: Arca, 1991.